

Senado **Mantida anulação ao** **“trem da alegria”**

Num curto julgamento ontem à tarde, o Tribunal Federal de Recursos manteve a liminar concedida pelo juiz Ilmar Nascimento Galvão, que tornou nulos os atos do senador Moacyr Dalla, quando presidente do Senado, no chamado “trem da alegria”. Isto significa que os 1.554 funcionários, então agraciados pelo senador como estatutários, continuarão percebendo seus ordenados pelo regime de CLT.

Mantida a liminar, dentro de 15 dias, o juiz marcará audiência de instruções e julgamento da ação popular impetrada pelo advogado Pedro Calmon, onde serão ouvidos o senador Moacyr Dalla e todos os que participaram do mesmo ato. O autor da ação solicitará ao juiz que convoque o próprio Moacyr Dalla, Rudi Maurer (superintendente da gráfica do Senado), Alberto Moreira de Vasconcelos (consultor jurídico da gráfica, Aluizio Barbosa de Souza (diretor administrativo da Gráfica), o senador Albano Franco (que teve um filho contratado), Consuelo Badra (colunista) e demais membros da Mesa à época das nomeações.

Confirmadas as irregularidades, passo a passo, num processo que começou em outubro de 84, mas que só veio à tona no final do ano, o advogado Pedro Calmon, que há três meses é também assis-

tido pela União Federal, através da Procuradoria Geral da República, considerou a decisão de ontem “uma vitória da Nova República no combate à corrupção”.

Com base nisso, os fatos nomeados na ação popular mostram que o então presidente do Senado abriu uma série de contratações via CLT e usou cerca de outros 600 servidores antigos para facilitar a transferência sem concurso. Pedro Calmon nomeia uma lista de “novos servidores”, onde consta o filho do senador Jarbas Passarinho, o filho de Moacyr Dalla, o filho do senador Humberto Lucena, uma filha do deputado Flávio Marcílio, o filho do senador Aderbal Jurema. Aponta ainda, como exemplo, Rudi Maurer que acumula a superintendência da Gráfica, é aposentado pelo Banco do Brasil, aposentado como diretor do Banco Regional de Brasília, aposentado como presidente do Banco do Estado do Espírito Santo, aposentado como prefeito de Vitória e entrou no Senado no “trem da alegria”. Ele denuncia também a contratação de 81 jornalistas como tentativa “de silenciar a imprensa” e cujos salários de janeiro de 85 somaram Cr\$ 605 milhões (como estatutário), numa folha de cerca de 2 bilhões no mesmo mês só com a transferência de celetista para estatutários.